

1 No dia 30 de agosto de 2006, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético – DPG,
2 situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 19ª Reunião Ordinária
3 da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros
4 da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias**
5 (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Ione Egler** (titular),
6 representante do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; Sr. **André Fenner** (suplente),
7 representante do Ministério da Saúde - MS; Sr. **André Costa Misi** (suplente), representante do
8 Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Gustavo Teixeira Lino** (titular) e Sr. **Paulo**
9 **Roberto Checchia** (suplente), representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
10 – MP; Sra. **Fani Mamede** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário –
11 MDA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
12 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da
13 Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; Sra. **Aparecida de**
14 **Fátima Pianta Frederico Lino** (titular), representante da Confederação Nacional dos
15 Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular), representante da
16 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes**
17 (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Sra. **Maria Adélia Oliveira**
18 **Cruz** (titular), representante dos Movimentos Sociais indicados pelo Fórum de ONG's e
19 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sra. **Joênia Batista Carvalho**
20 (suplente), representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira –
21 COIAB; Sr. **Angelo Rafael Greco** (titular), representante da Confederação Nacional da Agricultura
22 – CNA; Sra. **Eliane Anjos** (titular), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI e
23 Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos Pescadores –
24 MONAPE. Os seguintes convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Lídio Coradin**, Sra. **Iara**
25 **Vasco**, Sra. **Luciana Aparecida Zago Andrade** e Sr. **Mayco Daniel** do MMA. Também estavam

26 presentes na reunião o Sr. **Onildo João Marini Filho** e o Sr. **Ugo Vercilo** do Instituto Brasileiro
27 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e as Sras. **Gláucia Jordão**
28 **Zerbini**, **Érica Frazão Pereira** e **Marina Landeiro** da Secretaria Executiva da CONABIO. A
29 pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA**
30 **PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA; 4. ASSUNTOS PARA**
31 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Texto final que cria a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies**
32 **Exóticas Invasoras; 4.2 Minuta de alteração do Art. 7º do Decreto 4.703 que amplia o número**
33 **de suplentes para o presidente e demais representantes da CONABIO; 4.3 Minuta de**
34 **deliberação sobre a ampliação do prazo de duração da Câmara Técnica de Coleções**
35 **Biológicas; 4.4 Minuta de deliberação sobre a criação de grupos de trabalho para a Câmara**
36 **Técnica Permanente PAN-Bio; 5. INFORMES: 5.1 Relato sobre a discussão no MMA sobre a**
37 **priorização da carteira dos projetos GEF 4; 5.2 Apresentação da proposta submetida ao GEF**
38 **“Proteção, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras**
39 **Indígenas no Brasil”;** 5.3 Proposta de revisão da lista oficial de espécies da flora brasileira
40 ameaçada de extinção; 5.4 Apresentação do Portal Brasileiro sobre a Biodiversidade –
41 PortalBio; 5.5 Discussão da pauta das próximas reuniões da CONABIO em 2006; 6.
42 **ENCERRAMENTO.** O Sr. **Paulo Kageyama** deu início à reunião às 10h15 e colocou a pauta em
43 votação, que foi aprovada com algumas inversões na ordem dos itens. Em seguida a ata da 18ª
44 Reunião Ordinária da CONABIO foi votada e aprovada. O Sr. **Paulo Kageyama** apresentou a
45 portaria Nº 167, publicada no diário Oficial da União em 30 de agosto de 2006, que indicou os Srs.
46 **Bernardo Paranhos Velloso** e **André Costa Misi** como novos titular e suplente, respectivamente,
47 do Ministério das Relações Exteriores na CONABIO. Também foi indicado pela portaria, o Sr.
48 **Henrique Villa da Costa Ferreira** como novo titular do Ministério da Integração Nacional na
49 CONABIO. Inicialmente foi abordado o item 4.2 da pauta: **Minuta de alteração do Art. 7º do**
50 **Decreto 4.703 que amplia o número de suplentes para o presidente e demais representantes da**

51 **CONABIO.** O Sr. **Braulio Dias** informou que o assunto já havia sido demandado em reuniões prévias
52 e que a Consultoria Jurídica - CONJUR do MMA informou, através de um memorando, que
53 somente poderia ser incluído mais um suplente através da alteração do decreto de criação da
54 CONABIO. A Sra. **Ione Egler** defendeu a existência do segundo suplente e mencionou que é um
55 aspecto positivo, pois um maior número de atores poderá atuar na área de biodiversidade. O Sr.
56 **André Fenner** se mostrou contrário à inclusão de mais um suplente, informando seu receio de que
57 isto gere conflitos entre titulares e suplentes dentro de cada instituição. A Sra. **Joênia Carvalho**
58 questionou que, se um novo suplente fosse incluído, este teria um mandato de 2 anos, igual ao dos
59 demais representantes e ficaria por um tempo superior aos atuais. O Sr. **Braulio Dias** explicou que
60 para admissão de mais um suplente, deve ser aplicada a regra geral constante no regimento da
61 CONABIO e que este fato acaba sendo uma vantagem, pois as instituições continuarão tendo um
62 representante para relato das memórias das reuniões após o término do mandato dos primeiros. O
63 Sr. **Paulo Kageyama** colocou a minuta em votação, que foi aprovada por 14 votos a favor e apenas
64 1 contra. Passou-se então para o item da pauta **4.3 Minuta de deliberação sobre a ampliação do**
65 **prazo de duração da Câmara Técnica de Coleções Biológicas.** O Sr. **Braulio Dias** esclareceu
66 que a câmara foi criada com um prazo curto de implementação e que muitas propostas foram
67 elaboradas apenas neste ano, como a extensão do prazo e a formação de Grupos de Trabalho (GTs)
68 (ex. curadoria e remessas de material), propondo a retomada dos trabalhos desta Câmara e a
69 ampliação do seu prazo de funcionamento. A Sra. **Fani Mamede** sugeriu incluir o termo Coleções
70 Científicas Biológicas, o que foi acatado. O Sr. **André Fenner** sugeriu que além dos membros
71 integrantes da Câmara Técnica fosse convidado o Ministério da Saúde – MS/ANVISA, o que foi
72 acatado. A Sra. **Iolita Bampi** chamou a atenção que na redação do parágrafo único, o convite ao
73 MEC foi feito para a participação nos GTs e não na Câmara Técnica, considerando que sua
74 participação é fundamental para discussão de assuntos referentes à legalidade, política de curadoria,
75 cargos e salários. O Sr **Braulio Dias** sugeriu uma nova redação alterando a segunda linha do

76 parágrafo, acrescentando “...desta câmara e dos três GTs”. O Sr. **Ângelo Greco** concordou e disse
77 que ficaria satisfeito se a câmara técnica apresentasse relatórios de atividades à CONABIO. Porém,
78 o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que o motivo da proposta de extensão do prazo da CT, foi esta ter
79 sido implementada com atraso e, que ao final do seu período de duração, está previsto a elaboração
80 de um relatório. A Sra. **Nanuza Menezes** criticou a ausência de uma universidade pública na
81 composição da Câmara Técnica, afirmando que os maiores taxonomistas encontram-se nestes locais
82 e, que esta inclusão deveria ter um mandato limitado. Considerou ainda que seria insuficiente
83 incluí-la apenas na categoria de observadores e não concordou com a participação do Instituto
84 Jardim Botânico. O Sr. **Braulio Dias** disse que existindo muitas universidades no país, acharam
85 melhor incluir o MEC, que estaria de certa forma representando os estabelecimentos de ensino do
86 país. A Sra. **Ione Egler** mencionou que talvez não estivesse clara a composição da Câmara Técnica
87 e que todos os representantes seriam curadores. Sugeriu conciliar universidades estaduais e federais
88 através da Associação Memória Naturalis. A Sra. **Marina Landeiro** lembrou que as sociedades
89 científicas estão na representação da Câmara e o Sr. **Paulo Kageyama** completou que os
90 representantes das Sociedades Científicas normalmente são pesquisadores das universidades e que a
91 Associação Memória Naturalis fará parte da composição da câmara por ter maior
92 representatividade. O Sr. **André Fenner** questionou a participação da ANVISA e a Sra. **Marina**
93 **Landeiro** esclareceu que se trata de um órgão importante na questão de remessas de material. Após
94 estas discussões o texto modificado foi aprovado por unanimidade. O próximo item discutido foi o
95 **Texto final que cria a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras**. O
96 IBAMA apresentou diversas modificações na redação do texto original e houveram discussões a
97 respeito da perda de conteúdos importantes nas atribuições da Câmara Técnica, sendo que alguns
98 membros preferiram a versão original. Após certa discussão, como sugestão dos membros da
99 Comissão, passou-se a discutir o texto pontualmente. O Sr. **Ugo Vercillo** esclareceu que na
100 proposta do IBAMA procurou-se elaborar um texto generalista, por permitir uma maior amplitude

101 no trabalho. A Sra. **Eliane Anjos** afirmou que a colocação de limites é inversamente proporcional
102 ao grau de maturidade da equipe, pois numa equipe imatura, o conteúdo fica muito explicado e
103 limitado, concordando com o Sr. **Ugo Vercilo** que a forma genérica dá uma maior amplitude para
104 quem vai cumprir. Também concordou com os Srs. **Gustavo Lino** e **Ione Egler** sobre a necessidade
105 de criar critérios de priorização das ações e definir os papéis de cada um, verificando se todas as
106 questões genéricas foram contempladas. A Sra. **Maria Adélia** propôs a elaboração de periódicos
107 para relatório a partir das metas assumidas. Por ter sido levantada a questão de redundância de
108 termos, o Sr. **Gustavo Lino** recomendou que o Artigo 1º apresentasse a finalidade da Câmara
109 Técnica e o Artigo 3º, suas atribuições. O Sr. **Braulio Dias** concordou com a Sra. **Ione Egler** que
110 muitas questões importantes foram colocadas de forma extemporânea, porém pediu para que a
111 minuta fosse deliberada durante a reunião. Os Srs. **Paulo Kageyama** e **Braulio Dias** acataram a
112 sugestão do Sr. **Gustavo Lino** em deixar no primeiro artigo a finalidade da Câmara Técnica. Todos
113 concordaram. Passou-se a discussão inciso por inciso. No Artigo 1º foram copiados os
114 considerandos e inciso I do Artigo 2º da proposta do IBAMA e colocados no caput do Artigo 1º do
115 texto original, ao qual foi acrescentado o texto “diversos setores públicos e privados”, de acordo
116 com sugestão do Sr. **André Fenner**. O Sr. **Paulo Kageyama** passou para o Artigo 2º. Segundo o
117 Sr. **Ugo Vercillo**, tentou-se vislumbrar o que vem ocorrendo atualmente quanto à nomenclatura,
118 pois julgou-se que isto seria atribuição do CONAMA e da Câmara Técnica. **André Fenner**
119 discordou alegando que se isto estivesse implícito, como poderia ser cobrado posteriormente? O Sr.
120 **Ugo Vercilo** explicou que seria necessário não deixar tão explícito para não gerar um
121 “engessamento” nas atividades da Câmara Técnica. O Sr. **Paulo Kageyama** sugeriu a colocação da
122 expressão em sintonia com o CONAMA. A Sra. **Ione Egler** questionou a colocação e se vai haver
123 uma Norma do CONAMA que justifique a colocação. O Sr. **Ugo Vercilo** disse que haverá uma
124 revisão sobre espécies aquáticas e que em breve deverá sair uma portaria sobre o tema. A Sra. **Ione**
125 **Egler** questionou se as comissões existentes não estariam realizando trabalhos semelhantes dentro

126 das diversas câmaras. O Sr. **Braulio Dias** disse que existem processos em andamento e que a
127 CONABIO irá sempre considerar o que já foi feito e o que está em andamento, podendo deixar isto
128 explícito no texto. Acrescentou que a questão de águas doces, neste texto, é mais geral e, que a
129 Câmara deveria discutir e observar o que ainda precisaria ser feito como complemento. A Sra.
130 **Iolita Bampi** disse que a intenção de se retirar o CONAMA do texto original foi fundamentada por
131 este ser um órgão máximo e não o MMA. Acrescentou que a discussão que está ocorrendo no
132 CONAMA é da sociedade brasileira e, que neste caso, tentou-se dar uma “enxugada”. Assim,
133 acreditou que o texto deveria ser mantido como no original. O Sr. **Lídio Coradin** argumentou que
134 no caso de espécies aquáticas exóticas e não invasoras existe uma Resolução maior, a 145. O Sr.
135 **Paulo Kageyama** colocou em votação a manutenção do texto original, sendo este aprovado por
136 unanimidade. Depois perguntou se alguém tinha alguma proposta para o inciso II. O Sr. **Ugo**
137 **Vercilo** achou que poderia ser excluído “principais espécies exóticas invasoras” do item, por julgar
138 redundante com o item V. Todos aprovaram a exclusão. Passou-se para análise do inciso III. Houve
139 uma discussão entre manter ou modificar os incisos III e IV, fundindo-os ao inciso II. Foi decidido
140 manter apenas o inciso IV com modificações. O inciso V foi mantido, retirando do texto a palavra
141 “principais” quando se referia às espécies exóticas invasoras. O inciso VI foi eliminado. O Sr.
142 **Paulo Kageyama** perguntou se alguém tinha alguma sugestão de alteração para o inciso VII. A Sra.
143 **Eliane Anjos** questionou se na proposta do IBAMA a expressão “realização de eventos” se referia à
144 educação e se isto não estaria contemplado no inciso XII, dentro de medidas de erradicação e
145 prevenção. Todos concordaram com a colocação e o inciso VII foi eliminado e, ao inciso XII, foi
146 acrescentada a expressão “recomendar estratégias gerais...”. Quanto ao inciso VIII, a Sra. **Eliane**
147 **Anjos** sugeriu a redação “propor o estabelecimento de ações e critérios de prioridade...” para
148 melhor alocação dos recursos. O inciso foi aprovado com esta sugestão adicionada e mencionando o
149 período do PPA de 2008-2011, feito pelo Sr. **Braulio Dias**. Todos os membros presentes aprovaram
150 a retirada do inciso IX e o acréscimo das expressões “sistema de monitoramento” e “participação

151 efetiva dos órgãos” no inciso XII. O inciso X foi eliminado por todos acreditarem estar
152 contemplado pelo inciso XI. Houve uma discussão se o inciso XI já não estaria implícito no inciso
153 II modificado, porém, verificou-se que este deveria ser mantido, já que o inciso II trata de
154 estratégias e o XI do Banco de Dados que ainda não existente. O inciso XI foi aprovado por
155 unanimidade após a substituição da expressão “evolução” por “situação e distribuição” e retirando-
156 se “inclusive por meio de consultas públicas”. Após a pausa para o almoço retomou-se a discussão.
157 No inciso XII foi discutida a retirada do termo fiscalização, deixando apenas órgãos da esfera
158 federal, estadual e municipal. Também se retirou as expressões “efetiva participação”, “principais”,
159 “gerais” e “sistema de monitoramento”. Após as palavras “território brasileiro” foi acrescentada a
160 expressão e/ou, sendo então aprovada a nova redação do inciso. O inciso XII passou a ser I e depois
161 ficou-se de renumerar todos os incisos. Os incisos XIII e XIV foram eliminados. O inciso XV foi
162 aprovado com alteração de sua redação e a retirada das palavras “estaduais” e “municipais”. Após
163 alguma discussão sobre o artigo 3º, se deveria estar explícita ou não a competência técnica da CTP
164 optou-se por deixar o texto no formato original. Houve ampla discussão quanto aos representantes a
165 serem indicados para a CTP, do inciso III do Artigo 3º e o Sr. **Paulo Kageyama** pediu que os
166 membros formulassem propostas. A proposta final aprovada para a composição da CTP foi da
167 participação de 6 entidades governamentais e 6 da sociedade civil, com um representante de cada,
168 sendo estes: MMA, IBAMA, MS, MAPA, MT, SEAP, SBB, SBZ, ABEMA, MONAPE, Instituto
169 Hórus e CNA. Após alguns questionamentos desfavoráveis à participação do Instituto Hórus, o Sr.
170 **Lídio Coradin** argumentou que esta entidade é a grande referência no país na discussão do assunto,
171 exercendo liderança e forte atuação no tema. Os Parágrafos 1 e 2 foram aprovados. O Parágrafo 3,
172 que trata da coordenação da CTP foi discutido, levantadas algumas propostas e decidiu-se que
173 durante a realização da primeira reunião, coordenada pelo MMA e pelo IBAMA, será decidida a
174 coordenação efetiva da CTP. Foi criado um Artigo 4º, dizendo que a CTP poderá, mediante
175 demanda específica, criar GTs vinculados, com a finalidade de promover e elaborar recomendações

176 para apreciação da CTP. O Sr. **Paulo Kageyama** propôs a votação dos demais artigos em blocos. O
177 Srs. **Ugo Vercillo**, **Eliane Anjos** e **Gustavo Lino** fizeram algumas argumentações sobre o Artigo
178 6º, sendo aprovado apenas o texto que diz que a CTP apresentará à CONABIO um relatório anual
179 de seus trabalhos para deliberação. A deliberação de criação da CTP sobre Espécies Exóticas
180 Invasoras foi então aprovada. O próximo assunto discutido da pauta foi o item **4.4 Minuta de**
181 **deliberação sobre a criação de grupos de trabalho para a Câmara Técnica Permanente PAN-**
182 **Bio**. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu as linhas de trabalho e a questão dos GTs, falou sobre sua ampla
183 aceitação e que algumas sugestões foram incorporadas num documento informativo. Após rápida
184 discussão foi incluído no texto que os GTs deveriam trabalhar com articulação institucional. A
185 minuta foi aprovada com 13 votos a favor e apenas um voto contra. Em seguida passou-se para o
186 informe **5.2 Apresentação da proposta submetida ao GEF “Proteção, Conservação,**
187 **Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas no Brasil”**, com
188 apresentação do projeto pela Sra. **Iara Vasco**, que falou sobre o PNAP, princípios, diretrizes, eixos
189 temáticos, objetivos gerais e específicos do projeto. A Sra. **Iara Vasco** disse que neste estágio já
190 existe uma estratégia nacional de implementação do SNUC e que foi constituído um grupo inter-
191 institucional. Falou sobre a temática de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da
192 biodiversidade em territórios indígenas do Brasil. O Projeto foi encaminhado para nota conceitual
193 esperando-se uma contrapartida de 100 milhões de dólares e 30 milhões de dólares do GEF. Os
194 órgãos envolvidos no projeto são: MMA, FUNAI, IBAMA e representações indígenas. Disse que a
195 Sra. **Marina Silva** já sinalizou o interesse de apoio do Governo Federal. O Sr. **Paulo Kageyama**
196 agradeceu a explanação e abriu espaço para questionamentos. O Sr. **Onildo Marini** perguntou qual
197 a participação do IBAMA no Projeto. A Sra. **Iara Vasco** respondeu que o IBAMA está
198 participando através de grupos de participação setorial, DIREC e Diretoria Sócio-Ambiental. Disse
199 que estão promovendo oficinas com a participação do IBAMA e lideranças indígenas, com
200 propostas de caráter geral atreladas a um compromisso em áreas protegidas e que estão ampliando a

201 participação do IBAMA. A Sra. **Joênia Carvalho** falou que a proposta foi construída com muito
202 trabalho e participação de lideranças indígenas e que é o único projeto que abrange a conservação
203 da biodiversidade em áreas indígenas, incluindo espécies exóticas invasoras. Em seguida
204 questionou os prazos e a Sra. **Iara Vasco** disse que o projeto está passando para a fase IV do GEF.
205 O Sr. **Paulo Kageyama** falou que o próximo item da pauta era o informe sobre o GEF IV e seus
206 critérios de avaliação dos projetos. Confirmou que o valor solicitado pelo Projeto GEF Indígena
207 ultrapassava em muito a disponibilidade de recursos, mesmo tendo sido sinalizado pela Sra.
208 **Marina Silva** que este tem prioridade para o Governo. A Sra. **Ione Egler** confirmou a importância
209 do projeto na questão da conservação da biodiversidade do país. Disse que precisaria ficar claro que
210 um dos elementos importantes a se trabalhar seria o envolvimento de outros setores, para maior
211 integração desses povos com os demais segmentos da sociedade, academia e outros, que já vêm
212 trabalhando no tema. Falou sobre a questão da etnogestão e que os produtos gerados poderão ganhar
213 escala em termos de políticas públicas, transcrevendo seus conhecimentos para uma linguagem
214 pública nacional em termos de classificação, taxonomia clássica, dentre outros. Acrescentou que o
215 projeto deveria ser mais claro na metodologia de transcrição da linguagem indígena para elaboração
216 de políticas públicas. Outro aspecto que ela considerou importante foi a questão da partição de
217 benefícios, questionando como esta seria realizada. A Sra. **Ione Egler** disse que não há dúvidas
218 sobre a importância do projeto mas que existem falhas em sua concepção. O Sr. **Braulio Dias**
219 explicou que a fase de PDF-B existe justamente para detalhar melhor o projeto para sua completa e
220 consistente construção. A Sra. **Ione Egler** disse que outros órgãos da CONABIO vêm mostrando
221 como trabalhar e que os projetos, ao passarem por um conselho, CNA e SEAIN, ganham mais
222 seriedade e envolvimento em nível internacional. O Sr. **Braulio Dias** considerou esta sugestão
223 como uma forma de internalizar o processo. A Sra. **Iara Vasco** esclareceu que foi proposto no
224 projeto a produção de mecanismos que permitam o diálogo, o entendimento da sociedade civil e
225 indígena, preservando o conhecimento destes povos. Convidou o MCT para participar da oficina de

226 discussão da proposta na construção do PDF-B, na primeira semana de setembro. O Sr. **Gustavo**
227 **Lino** perguntou se além do amparo do MMA, o quanto existe de inovação neste projeto. A Sra.
228 **Iara Vasco** respondeu que uma das principais inovações será traçar um plano nacional articulado,
229 que permita a elaboração de políticas públicas. Desta forma, estarão buscando re-orientar todo o
230 gasto público, que se encontra pulverizado, direcionando-o para um programa de envergadura
231 necessário para este setor da sociedade e também a alocação de recursos. Defendeu a existência de
232 uma agenda comum. O Sr. **Braulio Dias** disse que atualmente existem duas agendas, uma indígena
233 e outra ambiental e, esta seria uma grande inovação, além da questão de tratar o tema da
234 biodiversidade dentro das terras indígenas. A Sra. **Iara Vasco** considerou que os resultados e
235 produtos gerados pelo projeto possibilitarão um salto em termos nacionais e priorização no âmbito
236 do Governo numa esfera onde ocorre tanta tensão. A Sra. **Joênia Carvalho** considerou importante a
237 divulgação do tema e levantou a necessidade de implantação de um programa efetivo que envolva
238 lideranças indígenas e órgãos públicos. Informou que o projeto irá realizar consultas em
239 participações locais, ao contrário do que se faz atualmente no Governo, e que será valorizado o
240 conhecimento tradicional destes povos. A conservação dará outra visão a respeito dos índios como
241 técnicos, biólogos, etc e, considera que daqui algum tempo, o Brasil poderá vir a ser referência
242 mundial no tema. A Sra. **Eliane Anjos** questionou como será medida a perda da biodiversidade nas
243 terras indígenas e criticou a falta de indicadores. Também questionou a forma que será realizado o
244 diagnóstico de medição de acréscimo na renda familiar indígena. A Sra. **Iara Vasco** esclareceu que
245 estes itens serão melhor discutidos nesta fase de PDF-B do projeto, pois até o momento foi traçado
246 o cenário que se pretende construir e que os “outputs” serão desenvolvidos. O Sr. **Braulio Dias**
247 chamou atenção que as sociedades indígenas não estão integradas ou contabilizadas na renda e que
248 os indicadores seriam medidas indiretas como melhoria na qualidade da saúde destas populações. A
249 Sra. **Eliane Anjos** esclareceu que deve existir a preocupação em utilizar indicadores reconhecidos
250 internacionalmente, e que justifiquem o bom uso do dinheiro público. A Sra. **Iara Vasco** informou

251 que todos estes estudos custarão menos de 400 mil dólares na fase de PDF-B e que, nesta fase,
252 deverão elaborar melhor como alcançar os resultados esperados. O Sr. **André Fenner** comentou
253 que o Secretario exigiu um ofício de apoio e que a FINASA deveria ser incluída no projeto,
254 pensando-se numa parceria financeira, já que a mesma apresenta muita abertura e aceitação.
255 Sugeriu ainda a integração com o pessoal do MS e a realização de um trabalho de interlocução. A
256 Sra. **Iara Vasco** esclareceu que nesta etapa de discussão em oficinas serão definidos quem deverão
257 ser os representantes com participação efetiva. O Sr. **Braulio Dias** pediu para que se prosseguisse
258 no próximo item da pauta, o “**Relato sobre a discussão no MMA sobre a priorização da carteira**
259 **dos projetos GEF 4**”. O Sr. **Braulio Dias** falou das dificuldades que estão tendo para definir como
260 se dará a distribuição do recurso GEF. Comentou que o GEF possui fases, como rodadas de
261 captação de recursos dos países doadores, se empenhando para distribuir o recurso para as diversas
262 áreas e temas. Informou inicialmente sobre as antigas regras de submissão de projetos ao GEF,
263 sobre as etapas de aprovação [nota técnica conceitual, endosso da fase de elaboração (PDF) e “Full
264 Size Project”] e sobre o processo de distribuição das cotas das agências implementadoras para os
265 diversos projetos. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu o pedido do GEF para que cada país requerente
266 estipule suas cotas e critérios para distribuição dos recursos e informou que, como houve um atraso
267 do GEF na transição da fase III para a IV, o Brasil recebeu um teto provisório para o tema
268 biodiversidade de 56 milhões de dólares. Explicou ainda que a SEAIN encaminhou uma
269 correspondência ao MMA e ao MCT para que este estipulassem diretrizes de alocação de recursos
270 em biodiversidade e mudanças climáticas, respectivamente. Para traçar o plano de diretrizes foi
271 constatado que podem existir outras demandas além daquelas que o MMA tem conhecimento; que o
272 volume de recursos demandados até o momento já ultrapassou 3 vezes o valor disponível e; que não
273 teremos condições de aferir todas as demandas. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu a dificuldade de se
274 estabelecer regras para o atendimento das demandas e que o processo ainda está sendo discutido
275 internamente. Adiantou que aqueles projetos que se encontram no “pipeline” deverão ter tratamento

276 diferenciado daqueles que se encontram em fases diferentes. Comentou ainda que, em relação às
277 demandas novas, estão pensando em encaminhá-las para a apreciação da CONABIO, porém não se
278 aplicaria aos projetos no “pipeline”. A CONABIO estudaria as lacunas e quais das novas demandas
279 seriam realmente prioritárias para serem encaminhadas para a SEAIN, já que esta parou de analisar
280 os projetos até que sejam enviadas as diretrizes. Explicou que somente o projeto GEF indígena irá
281 tomar quase todo o recurso destinado ao Brasil e para atender melhor às demandas, pensa-se em
282 dividir alguns projetos em fases. Segundo o GEF, pode-se alocar recursos numa agenda dinâmica,
283 de modo a não comprometer os recursos em projetos que estejam estagnados. O Sr. **Miguel Guerra**
284 perguntou se existe uma carteira maior de projetos. O Sr. **Braulio Dias** disse que mostrou os
285 projetos de que o MMA tem conhecimento e que alguns destes já possuem recurso assegurado pelo
286 GEF III. O Sr. **Miguel Guerra** questionou se os estados estão assegurando suas contrapartidas. O
287 Sr. **Braulio Dias** afirmou que sim, pois o GEF possui a exigência de uma contrapartida mínima de
288 1:1, a qual vem aumentando nos últimos anos para 2:1. A Sra. **Ione Egler** disse que se o projeto
289 oferecer uma contrapartida muito alta, dará a entender ao banco financiador que o país não necessita
290 do recurso internacional. O Sr. **Braulio Dias** acrescentou que o GEF requer que ao final de cada
291 projeto exista mudança no processo de articulação do tema no país e sustentabilidade. O Sr. **Braulio**
292 **Dias** informou que nunca existiu um edital para inscrição de novos projetos, pois o processo ocorria
293 como tratamento de balcão, o que dificultava a avaliação e comparação de mérito para aprovação. A
294 Sra. **Ione Egler** questionou que 30 milhões dos recursos sejam destinados apenas ao GEF Indígena,
295 visto que este ainda está entrando na fase de PDF-B. **Braulio Dias** esclareceu que no PDF ocorre
296 uma antecipação dos recursos e que o GEF só libera este recurso se achar que o projeto tem
297 coerência. A Sra. **Ione Egler** pediu para esclarecer melhor em que fase se encontra o projeto. O Sr.
298 **Braulio Dias** disse que o projeto recebeu o endosso da SEAIN na Nota Técnica Conceitual e
299 elaboração do PDF-B, mas não a aprovação no GEF III. Desta forma, todos os projetos que
300 passaram para a avaliação na fase IV deverão receber um novo endosso, que poderá ser concedido

301 pela SEAIN a partir das prioridades do Governo. A Sra. **Ione Egler** chamou a atenção de que este
302 estabelecimento vai ocorrer em um ano ou pouco mais e, neste caso, coincidirá com meados do
303 período de duração do GEF IV. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o GEF não trabalha com a fase
304 seguinte, e que só pode autorizar a antecipação do PDF se guardar recursos para o GEF IV. Falou
305 sobre a possibilidade de dividir a demanda em duas fases, negociar a redução de valores, ou ainda,
306 recusar projetos. A Sra. **Ione Egler** pediu para que se esclarecesse se o “mainstreaming” foi
307 dividido em duas fases. O Sr. **Braulio Dias** falou que não e que a opção adotada foi o corte, visto
308 que este ficou em 22 milhões. A Sra. **Joênia Carvalho** perguntou se existe alguma garantia de que,
309 durante o GEF V, será liberada a outra parte do recurso. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o GEF
310 não pode trabalhar assim. O que ele pode fazer é aprovar os projetos em fases, prevendo recursos
311 para a próxima etapa, desde que o projeto apresente resultados positivos na primeira fase. Disse
312 ainda que a cota não é um direito adquirido e na ausência de boas propostas não tem como garantir
313 o recurso. O Sr. **Aladim Gomes** perguntou se é o GEF quem financia projetos na área de
314 biodiversidade marinha e se existe alguma agência implementadora para o tema, citando o exemplo
315 das fazendas de camarão nas áreas de mangue e zonas costeiras. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que
316 o MMA está aguardando o IBAMA indicar uma agência implementadora e que existe a intenção de
317 colocar a CONABIO para orientar a priorização de novas demandas. O Sr. **Ângelo Greco** chamou a
318 atenção de que cerca de 70% dos projetos interessados são do Governo e, de modo a atender as
319 diretrizes de sustentabilidade, sugeriu que se deveria seguir um plano maior para desenvolvimento,
320 citando o exemplo da Índia e da China em relação à prospecção dos mares. O Sr. **Braulio Dias**
321 relatou o avanço no desenvolvimento de diretrizes de políticas nacionais de priorização e que o
322 GEF, tem 4 áreas prioritárias para apoiar financeiramente os projetos: áreas protegidas,
323 transversalidade, boas práticas e biossegurança e, que qualquer proposta pode ser elegível se estiver
324 dentro de uma ou mais destas áreas. O Sr. **Gustavo Lino** falou que um dos papéis do MP é orientar
325 a conscientização pública e que a grande parte dos resultados de projetos gerados pelo MMA, por

326 exemplo, não são finais, somente resultados de processos e que, do ponto de vista do contribuinte,
327 não tem valor. Questionou então o motivo pelo qual o MMA prioriza novos projetos ao invés de
328 terminar ou reforçar aquilo que já está encaminhado e pendente. O Sr. **Braulio Dias** explicou que
329 esta demanda foi gerada na transição da carteira de projetos GEF da fase III para a IV e que não se
330 pode recomeçar da estaca zero. A Sra. **Ione Egler** esclareceu que reforçar as ações em curso é
331 sensato e não impossível, pois se trabalha com uma carteira de recursos limitados. Sugeriu que este
332 fator fosse adotado como um dos critérios e demonstrou certa preocupação pela obsessão por
333 resultados finalísticos. Esclareceu que quando se trabalha com ministérios como o de construção de
334 estradas, os resultados são finais, mas no caso do MMA, que possui muitas demandas e um grande
335 número de processos, não tem como ocorrer desta forma. Os projetos do MMA envolvem outros
336 atores para coordenar e concluir qualquer trabalho e que este tipo de resultado deve ser cobrado
337 dependendo do papel e atribuições de cada ministério. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que é preciso
338 aguardar as diretrizes por parte do secretário para a alocação de novas demandas e, desta forma,
339 discutir as questões levantadas pelo Sr. **Gustavo Lino**. A Sra. **Joênia Carvalho** expressou sua
340 preocupação com a necessidade de se iniciar um trabalho visando priorizar o que já está em
341 andamento e também atender áreas carentes de projetos. O Sr. **Onildo Marini** quis entender qual
342 proposta estaria em jogo. O Sr. **Braulio Dias** comentou que atualmente não se tem propostas e que
343 a CONABIO não tem competência para resolver sobre os projetos GEF, que é papel da SEAIN. O
344 MMA estabelecerá as novas diretrizes e critérios de avaliação do mérito dos projetos e repassará
345 para a CONABIO e SEAIN. O Sr. **André Fenner** perguntou se foram incluídos nesta análise os
346 projetos regionais, globais e locais. O Sr. **Braulio Dias** explicou que se incluiu somente a parte que
347 cabe ao Brasil. Passou-se ao próximo informe da pauta: **5.4. Apresentação do Portal Brasileiro**
348 **sobre a Biodiversidade – PortalBio**. O Sr. **Braulio Dias** introduziu rapidamente o PortalBio, antes
349 do seu lançamento oficial, para a apreciação e sugestões. A Sra. **Luciana Andrade** e o Sr. **Mayko**
350 **Daniel** realizaram a apresentação do Portal. A Sra. **Luciana Andrade** explicou que na construção

351 do portal foi utilizado um programa “toolkit”, padrão do CHM - “Clearing-House Mechanism”. Foi
352 apresentado o menu, “links” e seus conteúdos. O Sr. **Braulio Dias** acrescentou que o PortalBio é
353 parte do SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente e compatível com todos
354 os dotamentos dele. Explicou que o PortalBio possibilita a busca de documentos a partir de temas
355 de interesse do usuário, que é composto de mapas interativos dos biomas e que pode ser utilizado
356 como uma ferramenta para mapear os órgãos colegiados, decisões, produtos gerados e evolução dos
357 temas. Inicialmente o PortalBio será lançado em português mas aos poucos também está sendo
358 transcrito para o inglês. A Sra. **Ione Egler** comentou sobre as redes, como a do Semi-árido e
359 Amazônia e perguntou se o PPBio esperou sair o Decreto e se era possível “linkar” com o portal do
360 CGIAR - Grupo Consultor sobre Pesquisas Agrícolas Internacional. O Sr. **Braulio Dias** disse que
361 poderia-se indicar os padrões que estão sendo trabalhados, como SINIMA e IABIN - “Inter-
362 American Biodiversity Information Network”. A Sra. **Luciana Andrade** e o Sr. **Mayko Daniel**
363 falaram que a equipe do CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do MMA é
364 responsável pela “linkagem”. O Sr. **André Fenner** sugeriu que fosse mandado um “e-mail” para
365 todos os membros da CONABIO, informando o endereço do PortalBio para que todos possam
366 navegar e dar suas sugestões. A Sra. **Ione Egler** comentou a relação forte do PortalBio com o
367 IBAMA e a Embrapa, que possuem parceiros em todas as redes e que o protocolo padrão adotado
368 está sendo utilizado inclusive pelo ARPA-Programa de Áreas Protegidas da Amazônia. Os Srs
369 **Ângelo Greco** e **Gustavo Lino** parabenizaram a criação do PortalBio, questionando se haveria um
370 “link” na “homepage” do MMA. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que o PortalBio poderá ser
371 acessado pela página do MMA na “internet”. O Sr. **Braulio Dias** passou a palavra para o Sr. **Lídio**
372 **Coradin** para falar sobre o item da pauta **5.3. Proposta de revisão da lista oficial de espécies da**
373 **flora brasileira ameaçada de extinção.** O Sr. **Lídio Coradin** pediu que fosse estudada a nova
374 proposta e falou sobre a CTP criada para tratar deste assunto. Disse que a CONABIO irá deliberar
375 sobre a proposta após esta passar pela CT e que esta demanda foi encomendada pelo MMA e

376 IBAMA para a Fundação Biodiversitas. Explicou que a proposta apresenta 1537 espécies, cerca de
377 15 vezes a lista atual de espécies da flora ameaçadas. Considerou que pode haver dúvidas sobre
378 determinadas espécies e propôs que estas fossem consideradas como espécies com insuficiência de
379 dados, que podem ou não estar ameaçadas de extinção. Explicou que 918 espécies foram
380 consideradas vulneráveis, 297 criticamente ameaçadas e 322 em perigo de extinção. Destas
381 espécies, cerca de 45% encontram-se no bioma Mata Atlântica, 35% no Cerrado, 10% na Caatinga,
382 4% na Amazônia e 4% nos Pampas. O Sr. **Ângelo Greco** questionou o que seria feito se um grupo
383 descobrisse que uma determinada espécie não se encontra realmente extinta. O Sr. **Braulio Dias**
384 explicou que existem critérios para considerar uma espécie extinta porém para algumas, muitas das
385 informações podem ser insuficientes. A Sra. **Ione Egler** propôs a elaboração de um catálogo da
386 flora brasileira ameaçada de extinção e que para isso se fizesse um “check list” das espécies. O Sr.
387 **Lídio Coradin** informou sobre a existência de “sites” como das Espécies Exóticas Invasoras e das
388 Espécies Ameaçadas de Extinção. Acrescentou que um dos sérios problemas é a falta de
389 conhecimentos e de especialistas. A Sra. **Ione Egler** disse que o Brasil é um país pouco conhecido,
390 mas que muito do que se conhece não é disponibilizado. O Sr. **Onildo Marini** fez uma última
391 solicitação para que fosse convocada a CTP de espécies ameaçadas para auxiliar neste trabalho e a
392 Sra. **Ione Egler** explicou que isto deve ser feito com base no regimento. O Sr. **Braulio Dias**
393 finalizou a reunião às 18h30. Eu, **Érica Pereira**, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a
394 presente ata.

395

396

397

398

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

399

Secretário de Biodiversidade e Florestas

400

Presidente da CONABIO